



Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Escola Municipal Arapongas-EIEF
Rua José Casemiro Stenzowski, 111-Novo Mundo
81010-370- Curitiba - PR
Tel: (41) 3246-8541
e-mail: emarapongas@sme.curitiba.pr.gov.br

ESCOLA MUNICIPAL ARAPONGAS – EIEF

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURITIBA

2017



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Escola Municipal Arapongas-EIEF
Rua José Casemiro Stenzowski, 111-Novo Mundo
81010-370- Curitiba - PR
Tel: (41) 3246-8541
e-mail: emarapongas@sme.curitiba.pr.gov.br

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – Descrição de espaços físicos	8
---	---



SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	ii
SUMÁRIO.....	iii
1. Contexto socioeconômico, cultural, educacional, físico e ambiental	1
1.1. Identificação	1
1.2. Caracterização da instituição e da comunidade escolar, seu entorno: condições socioeconômicas, culturais.....	3
1.3. Organização do espaço físico.....	6
1.4. Acessibilidade.....	10
1.5. Caracterização dos profissionais da instituição.....	11
1.5.1. Plano de formação continuada	12
2. Etapas e modalidades ofertadas.....	14
3. Regime Escolar	15
3.1. Dias letivos e carga horária anual.....	15
3.2. Calendário Escolar quanto a elaboração e aprovação.....	15
3.3. Turmas e horários.....	16
4. Filosofia e Princípios didático-pedagógicos da instituição.....	18
4.1. Concepções.....	18
4.1.1. Sociedade	18
4.1.2. Ser Humano	19
4.1.3. Educação	19
4.2. Princípios e Fins	21
4.2.1. Da Instituição.....	21
4.2.2. Da Gestão Escolar.....	22
4.2.3. Órgãos Colegiados (Conselho de Escola)	24
4.2.4. Instituição Auxiliar (APPF)	24
4.3. Objetivos de cada etapa/modalidade ofertada e forma de organização	25
4.3.1. Educação Infantil	25
4.3.2. Ensino Fundamental.....	33
4.3.3. Educação Inclusiva.....	35
5. Bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo 37	
5.1. Currículo do Ensino Fundamental.....	37
5.2. Currículo da Educação Infantil.....	38



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Escola Municipal Arapongas-EIEF
Rua José Casemiro Stenzowski, 111-Novo Mundo
81010-370- Curitiba - PR
Tel: (41) 3246-8541
e-mail: emarapongas@sme.curitiba.pr.gov.br

5.3. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.....	38
5.4. Projetos e Programas	40
5.5. Avaliação da aprendizagem.....	41
5.5.1. Concepção de avaliação	41
5.5.2. Avaliação em rede	44
5.5.3. Processos de Regularização da Vida Escolar.....	45
5.5.4. Organização e registro da avaliação.....	47
5.5.5. Conselho de Classe.....	48
5.6. Avaliação Institucional	50
Referências bibliográficas.....	52



1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL, EDUCACIONAL, FÍSICO E AMBIENTAL

1.1. Identificação

Escola Municipal Arapongas – EIEF
Rua José Casemiro Stenzowski, 111 – Novo Mundo
Curitiba – Paraná
Telefone: 3246-8541
E-mail: emarapongas@sme.curitiba.pr.gov.br

Diretora:

Daniela Deganello Vianna da Rocha

Vice-diretora:

Elizabete Andrade Nodari

Pedagoga:

Regina Coutinho de Moraes

Secretários:

Dalton Alcione David Fagundes
Lourinete de Fátima de Miranda Krüger

Auxiliares de serviços escolares:

Joseline de Cristo Meira
Solange do Rocio Perachi de Souza
Vircélia Soares de Lima

Professores:

Alcilene Pieczarka Chiquetto
Cristiane Tarastchuk Cordeiro
Ester Rodrigues Mueller
Fabiana Maria Venante Kahell
Jeane Martinez Dondalski
Laila Maria de Paulo Cardoso dos Santos
Lenise Andrea Becher
Marcia Aparecida Machado
Margarete Inez Rodrigues da Luz
Maria da Graça Barros Rojas Cortez
Maria de Lourdes Martin Castanho
Maria de Lourdes Rotta
Maria Nazaré Cândido da Silva Neiverth
Maria Thereza de Oliveira Iglesias
Marice Kincheski Fassina
Michele Siniski Rodrigues



CURITIBA

Rosane de Moura Costa
Rosângela Aparecida de Oliveira Gaevitck
Rosângela de Oliveira Fermino
Silvana Giambarresi Delorenzi
Simone Maria Chaves
Simoni Dal Negro Coraça de Oliveira
Sônia Mara Zatoni

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Escola Municipal Arapongas-EIEF
Rua José Casemiro Stenzowski, 111-Novo Mundo
81010-370- Curitiba - PR
Tel: (41) 3246-8541
e-mail: emarapongas@sme.curitiba.pr.gov.br



1.2. Caracterização da instituição e da comunidade escolar, seu entorno: condições socioeconômicas, culturais.

A Escola Municipal Arapongas – EIEF atende a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi criada pelo decreto nº 202 de 08 de março de 1978 e inaugurada no dia 29 de março de 1978. Esteve presente ao ato o Prefeito Municipal da época Dr. Saul Raiz.

Iniciou suas funções a 1º de fevereiro de 1978, com a denominação de Escola de 1º Grau Arapongas de acordo com o Decreto nº 1094/79.

Sofreu alteração de denominação, através do Decreto nº 264/83, passando a chamar-se Escola Municipal Arapongas – Ensino de 1º Grau

O Ato de Autorização de Funcionamento é a Resolução nº 3016/82 de 23 de novembro de 1982, tendo como última Resolução de renovação de funcionamento do Ensino Fundamental a Resolução nº 136/2012.

Atendendo a Resolução nº 03/05 – CNE, de 2007, a escola passou a ofertar os 5 anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos, com cessação gradativa do Ensino Fundamental de 8 anos, sendo que a partir de 2010 a escola concluiu esta transição.

O sistema de avaliação está aprovado pelo Ato Administrativo nº 101/89, ao qual foi anexado pelo Ato Administrativo nº 350/90, o adendo 01/89.

A partir de 09/02/99, sofreu alteração na denominação através do Decreto nº 09, com os incisos IV e V, do Artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Decretos nº 1442/93, 510/95, e suas alterações, tendo em vista o contido no ofício nº 857/98 – Secretaria Municipal de Educação. Fica alterada a parte final, substituindo-se as expressões “Ensino de 1º Grau” pela expressão “Ensino Fundamental”.



No ano de 2011 a escola passou a ofertar a etapa inicial da Educação, a Educação Infantil, tendo sua autorização de funcionamento pela Resolução nº 47/2012. Com a implantação da Educação Infantil, a denominação passa a ser Escola Municipal Arapongas – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

É classificada na Rede Municipal de Ensino como escola de pequeno porte, pois comporta somente até 400 estudantes, atendendo em dois turnos: manhã – 07h30min às 11h30min; tarde – 13h30min às 17h30min.

A Escola Municipal Arapongas – EIEF atende estudantes de ambos os sexos, com idade entre 4 e 12 anos. Para realizar a caracterização da comunidade escolar, realizou-se pesquisa através de questionário enviado às famílias, que levantou as seguintes informações: 74% das crianças moram com o pai e a mãe juntos, 20% moram somente com a mãe e 5% moram com a mãe e com padrasto; os avós estão presentes nas moradias das crianças em 15% das famílias.

O nível econômico da clientela está situado entre médio e médio baixo. A renda familiar varia, na grande maioria, entre 2 e 4 salários mínimos – 47%, sendo 30% das famílias com renda entre 1 e 2 salários mínimos e 23% com renda superior a 5 salários mínimos. Na questão da moradia, 50% das famílias possui casa própria, 33% alugada, 7% financiada e 8% emprestada, com abastecimento adequado de água, coleta de lixo e os domicílios estão ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica.

Todos os responsáveis pelos estudantes apresentam algum nível de escolarização, sendo que a maioria possui nível médio completo – 59%; ensino fundamental até o 5º ano aparece com 8% e até o 9º ano com 15%; há 29% dos responsáveis com ensino superior completo, 16% cursando o ensino superior e 11% com pós-graduação. Com relação aos hábitos de leitura, 66% dos responsáveis costumam ler revistas e 63% jornais; 24% leem livros técnicos e 46% literatura diversa.

Quanto à religião predominante das famílias, 55% são católicos e 35% evangélicos; temos também representação de 3% para espíritas, 1% para



religiões afro-brasileiras (candomblé/umbanda), 1% para budismo, havendo também uma família muçulmana e 3% se declararam ateus.

Em relação à assistência médica, 62% das famílias utilizam a unidade de saúde e 56% possui convênio médico.

O acesso às tecnologias é significativo em nossa comunidade escolar: o uso do celular está presente em quase todas as famílias, 90% e 65% possuem computador com acesso à internet. Muitas possuem TV a cabo – 76% e 54% possuem tablet.

O tipo de lazer mais frequente nas famílias é ir ao shopping – 79%, mas diversificam os passeios sendo que 71% costumam visitar parentes, 68% vão a parques, 55% frequentam sua igreja, 49% vão ao cinema e realizam viagens, 22% vão a jogos de futebol e 13% assistem peças teatrais.

A maioria dos estudantes, 38%, utiliza condução da família para ir e voltar da escola, e 34% faz este trajeto a pé na companhia de um responsável; 25% das crianças utilizam a condução escolar e 3% vão e voltam a pé, sozinhos. No horário em que as crianças não estão na escola, a maioria delas fica em casa sob os cuidados dos pais ou responsáveis sendo 81% dos casos; 14% das crianças ficam na casa de avós, 3% ficam em instituição de ensino particular, 2% com tios ou vizinhos e 1% acompanha a mãe em seu trabalho.

A escolha da Escola Arapongas para os filhos estudarem ocorreu, em 55% das famílias devido à proximidade da residência e 43% optou pela escola devido à qualidade do ensino; aliado a estes fatores também foi ponderada a indicação de parentes ou conhecidos em 44% dos casos e 11% das famílias optaram devido à possibilidade de vaga no ano e turno desejado.

As famílias acompanham o processo de aprendizagem dos seus filhos de diversas formas sendo que 98% observam a agenda escolar da criança, 77% comparecem às reuniões de pais e professores, 52% participam dos eventos que ocorrem na escola no período letivo, 38% atendem as convocações da escola, 25% comparecem à escola por iniciativa própria e 11%



CURITIBA

participam como membros do Conselho de Escola ou APPF. Em casa, este acompanhamento se dá através das tarefas de casa em 93% das famílias, sendo que 67% também atendem os trabalhos e pesquisas escolares, 68% leem com o filho o livro de empréstimo semanal da biblioteca da escola e 49% auxiliam na organização do material escolar. Porém, 2% dos familiares declararam que não tem tempo para realizar o acompanhamento escolar do filho.

Ao ser solicitada a opinião das famílias sobre o que caracteriza uma boa escola, foram indicados os seguintes aspectos: bons professores – 73%; qualidade do ensino – 55%; respeito e dedicação com os estudantes – 48%; estrutura/ambiente/segurança – 36%; integração entre família e escola – 28%; boa direção – 23%; organização pedagógica – 17%.

1.3. Organização do espaço físico.

A Escola Municipal Arapongas – EIEF possui uma área de 3000 metros quadrados com uma construção com a seguinte caracterização:

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	MOBILIÁRIO
Salas de aula	6 salas com capacidade para atender 35 estudantes 1 sala com capacidade para atender 25 estudantes	1 quadro negro, uma TV, 1 aparelho de som com DVD, 2 estantes pequenas para livros, 1 armário para material dos estudantes e professores, uma mesa para a professora, mesas e cadeiras para os estudantes, 1 relógio, 1 ventilador, 1 quadro mural.
Secretaria	1	3 computadores, 2 telefones, 5 arquivos, 1 fax, 1 impressora multifuncional, 3 mesas, 5 cadeiras, 2 balcões, 1 ventilador de teto, 1 quadro mural
Direção/setor pedagógico	1	3 mesas, 2 telefones, 2 computadores, 1 impressora, 1 armário, 1



CURITIBA

		balcão, 1 ventilador de teto, 2 murais.
Sala para laboratório de informática	1	14 computadores, 29 cadeiras 1 TV, 14 mesas, 1 armário 1 aparelho de som, 1 projetor, 1 aparelho de ar condicionado.
Sala multiuso	1 sala onde consta o acervo bibliográfico da escola sendo utilizada também como sala dos professores	Contém livros de literatura infantil, livros pedagógicos, livros didáticos, enciclopédias, dicionários e todo tipo de material para pesquisa pedagógica; material didático para aulas diversas; mesa e cadeiras para estudos e lanche dos professores; 1 armário; 1 guarda-volumes; 3 computadores, 3 impressoras; 1 geladeira; 1 micro-ondas.
Cozinha	1	1 fogão, pia, 1 mesa, 1 armário, 1 geladeira, 1 carrinho para distribuição do lanche.
Banheiros para crianças	2, sendo um feminino e um masculino	3 reservados para o vaso sanitário, sendo um deles adaptado para a Educação Infantil (em cada banheiro)
Banheiro para os professores	1	Pia e vaso sanitário.
Sala para apoio pedagógico e contraturno	1	1 armário, 1 mesa, 8 cadeiras, quadro branco para registro de atividades.
Pátio coberto	1	2 bebedouros, 1 pia, 5 bancos, 2 murais, lixeiras para lixo seletivo.
Corredor	1	4 armários embutidos, 1 balcão, 1 mesa com 3 cadeiras, 1 quadro de chaves, 1 quadro de luz, 1 bebedouro, 1 mural, 1 porta livro com prateleiras.
Almoxarifado	1	Contém material escolar e material de papelaria;



CURITIBA

		arquivo morto.
Sala/depósito material de limpeza	1	Contém materiais utilizados pela equipe de limpeza da escola.
Pátio externo	1	1 parquinho, 1 bosque, 1 casinha de boneca, 1 sala ambiental, 1 quadra poliesportiva sem cobertura, 3 portões.
Sala ambiental	1	Caixa de areia com circuito de pneus. Os muros possuem um quadro de azulejos e dois quadros de giz. Há 5 mesinhas de concreto com mosaico de jogos de tabuleiro e bancos.

TABELA 1 – Descrição de espaços físicos

As salas de aula são um espaço de utilização pedagógica compartilhada entre as turmas que frequentam o período da manhã e o período da tarde. Os armários e murais devem ser usufruídos de forma equânime entre as turmas, respeitando-se o espaço destinado a cada uma para exposição de atividades nas paredes e guardar os materiais de estudantes, professores e pedagógicos.

O laboratório de informática constitui-se um espaço destinado ao enriquecimento curricular pelo uso das tecnologias, propiciando acesso à internet, à pesquisa, às simulações e ao uso de programas específicos. Cada turma terá um horário específico de cinquenta minutos de duração por semana, podendo ser orientada pelo professor regente, corregente, Arte, Ensino Religioso ou Educação Física; a utilização do laboratório de informática deve estar prevista no planejamento semanal do professor, relacionando-se aos conteúdos e objetivos do componente curricular pretendido.

A sala multiuso é um local de leitura, estudo e planejamento dos profissionais e possui um acervo bibliográfico para empréstimo de estudantes e funcionários da escola. A cada ano, estabelece-se o auxiliar de serviços escolares responsável pela organização, manutenção e empréstimo dos livros.



Neste ambiente também se encontra o material didático-pedagógico para uso dos professores em sala de aula e nos diversos espaços escolares, sendo também o espaço de lanche dos profissionais.

A quadra poliesportiva é utilizada por todas as turmas nas aulas de Educação Física, momento cívico, recreio e festividades da escola. Eventualmente, de acordo com as possibilidades de horário a quadra pode ser utilizada por outros professores das diversas turmas.

O parquinho possui casinha com ponte móvel, um escorregador, um trepa-trepa, 2 gira-giras, 6 gangorras. O chão é recoberto por pedrisco.

O pátio coberto é uma área sempre utilizada por todos os estudantes em atividades diversas. Nos dias de chuva ou sol muito quente também é utilizado nas aulas de Educação Física. Nas reuniões de pais, exposições, comemorações, momentos cívicos, apresentações, festas da escola, é o único local disponível com cobertura.

Estes espaços externos são utilizados para aulas planejadas e nos horários de recreio que ocorre das 9h30min e 9h50min para todas as turmas do período da manhã e das 15h30min às 15h50min para todas as turmas do período da tarde; nos dias de chuva os estudantes permanecem em sala de aula com atividades lúdicas e supervisão dos auxiliares de serviços escolares.

Todos os espaços escolares são espaços de aprendizagem e devem ser explorados em todas as suas dimensões a fim de motivar e envolver os estudantes nas atividades escolares, desenvolvendo sua autonomia na utilização do espaço escolar e variando a disposição das carteiras em sala de aula. Os espaços devem ser utilizados de forma a atender as necessidades das atividades diferenciadas, levando em consideração os interesses dos estudantes e seus conhecimentos prévios, sendo o professor o mediador no processo ensino-aprendizagem.

Para a organização dos espaços escolares, deve-se organizar os tempos de aprendizagem valorizando as vivências dos estudantes,



organizando a rotina e cronogramas de aulas. Os professores devem envolver os estudantes nas responsabilidades da turma, na elaboração de regras e combinados condizentes com o regimento da escola, promover atividades em grupo que propiciem a interação entre os estudantes da sala e atividades de integração entre turmas variadas, numa vivência compartilhada.

1.4. Acessibilidade

A acessibilidade pressupõe a possibilidade e a condição de utilizar, com segurança e autonomia, os edifícios, o espaço, o mobiliário e os equipamentos urbanos, sendo uma forma de inclusão social, dando oportunidade a qualquer indivíduo de exercer sua escolha individual e é, portanto, uma abordagem centrada na pessoa e nas suas condições e capacidades físicas, sociais e econômicas.

Entendendo que a mobilidade está relacionada com o ato do movimento, atributo associado às pessoas e bens e que relaciona as necessidades de deslocação com as peculiaridades de cada espaço, serviços, equipamentos e oportunidades, fazendo-se uso de um conjunto de informações que possam otimizar as deslocações com acesso a bens comuns.

Na escola, os espaços devem ser democráticos, prevendo o acesso das pessoas com deficiência. Para que isto aconteça devem ser tomadas medidas para favorecer a acessibilidade como a instalação de rampas, corrimão, adequação dos pisos, revisão dos acessos, adequação dos sanitários.

A educação de qualidade é definida como aquela que é acessível e inclusiva, promove as reformas educacionais necessárias, propiciando um ambiente adequado à aprendizagem, no sentido de fortalecer as alianças, enfatizando a necessidade da interação para uma aprendizagem significativa.



1.5. Caracterização dos profissionais da instituição

O perfil dos profissionais que atuam na Escola Municipal Araçongas é constituído de acordo com sua formação, de 100% graduados, sendo que destes, 50% são pedagogos e os demais divididos nas áreas de letras, psicologia, magistério superior, arte e educação física.

Ainda com pós-graduação, a Escola possui 75% de seus profissionais e a maioria com especialização em psicopedagogia. Em nível de mestrado, apenas 5% possuem esta titulação.

A maioria dos profissionais atua na rede municipal de ensino entre 11 e 20 anos; na escola, a maioria tem entre 6 e 10 anos de atuação, sendo que destes, 80% atua apenas em regime de 20 horas.

O estilo de leitura mais apreciado pelos profissionais da escola são livros literários, seguidos de jornal e internet. A maioria lê de 1 a 5 livros em média por ano.

A atividade de lazer mais apreciada é cinema, seguido de passeio em parques, viagens e teatro.

Para atualização profissional são realizados cursos de formação continuada da SME, leitura de textos pedagógicos e troca de experiências com os demais profissionais, além de pesquisas e cursos de aperfeiçoamento profissional, como pós-graduação, mestrado, etc.

Ao serem questionados por que ingressaram na área da educação, a grande maioria disse ser por vocação e por acreditar na educação.

A Escola Araçongas foi escolhida como local de trabalho por 70% dos profissionais que nela atuam devido à localização, bem como pela qualidade de ensino desta unidade escolar.

A assistência médica utilizada pela maioria dos profissionais é o ICS, fornecido pela mantenedora, seguidos de Unimed e outros planos.



Quanto à religião, 70% dos profissionais se declararam católicos, 10% cristãos e os demais outras religiões e crenças.

A tecnologia mais utilizada pelos profissionais é o computador, em seguida celular e demais tecnologias.

A escola apresenta baixa rotatividade de profissionais, sendo que a maioria permanece até a sua aposentadoria.

1.5.1. Plano de formação continuada

A sociedade em que vivemos sofre inúmeras mudanças que são influenciadas pela mídia, pelas tecnologias da informação e pelas próprias necessidades do ser humano diante da vida. Assim, a escola e os seus profissionais não podem estagnar no tempo, precisam acompanhar os avanços e as mudanças sofridas pela sociedade da qual fazem parte.

Por isto, as propostas e práticas pedagógicas precisam ser reformuladas e repensadas regularmente, devendo o professor estar à frente do seu tempo para garantir o ensino de qualidade e formar cidadãos conscientes da realidade.

Nesta perspectiva, a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba oferece aos profissionais da educação cursos, palestras, seminários, oficinas, que constituem o plano de formação continuada, para que se atualizem nas dimensões da teoria e da prática pedagógica.

A articulação do plano de formação continuada se dá nas permanências, onde os profissionais se inscrevem via portal para os cursos de seu interesse, de acordo com os dias de permanência pré-estabelecidos. No caso de curso fora do seu dia de permanência a escola possibilita troca entre os profissionais para que o profissional frequente o curso escolhido.



Os dias de permanência devem ser respeitados conforme cronograma da SME, visto que toda a orientação para a realização de cursos já está pré-estabelecida de acordo com esta organização.

A formação continuada ocorre também no interior da escola, nos dias de permanência, que são um espaço privilegiado de estudos, planejamento e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, sob a orientação da equipe pedagógica.

Para a realização de troca de experiências entre os profissionais da escola, utilizam-se, também, os momentos de reuniões pedagógicas aos sábados, previstas no calendário escolar.



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Escola Municipal Arapongas-EIEF
Rua José Casemiro Stenzowski, 111-Novo Mundo
81010-370- Curitiba - PR
Tel: (41) 3246-8541
e-mail: emarapongas@sme.curitiba.pr.gov.br

2. ETAPAS E MODALIDADES OFERTADAS

A Escola Municipal Arapongas – EIEF atende as seguintes etapas: Educação Infantil, ofertada às crianças com idade a partir dos cinco anos ou a completar, de acordo com a legislação vigente, em função da demanda existente; Ensino Fundamental de 9 anos, ofertando os 5 anos iniciais destinados às crianças a partir dos seis anos ou a completar de acordo com a legislação vigente.



3. REGIME ESCOLAR

A Escola Municipal Arapongas – EIEF oferta a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos em regime seriado. Funciona em horário matutino, das 07h30min às 11h30min, e vespertino, das 13h30min às 17h30min.

No turno da manhã a escola oferta turmas de 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental, conforme a demanda da comunidade. No turno da tarde são ofertadas turmas de Educação Infantil e do 1º ano ao 3º ano do Ensino Fundamental.

3.1. Dias letivos e carga horária anual

De acordo com a legislação vigente, a escola cumpre a carga horária mínima anual de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos.

3.2. Calendário Escolar quanto à elaboração e aprovação.

O calendário escolar, a ser elaborado anualmente pela equipe escolar, deverá atender o disposto na legislação vigente, bem como às diretrizes emanadas da Secretaria Municipal da Educação. Na elaboração do calendário participarão todos os segmentos da comunidade escolar, devendo ter aprovação do Conselho de Escola.

No calendário escolar deverão estar assegurados 200 dias letivos e 800 horas de efetivo exercício. As atividades realizadas nos sábados para o cumprimento das diretrizes referentes ao calendário escolar são definidas em reuniões pedagógicas pelo corpo docente da escola em conjunto com a EPA, sendo as decisões registradas em livro ata.



As alterações no calendário escolar, aprovadas pelo Conselho de Escola por motivos relevantes, serão comunicadas em tempo hábil à Secretaria Municipal da Educação, para as providências cabíveis.

As reuniões pedagógicas e de Conselho de Classe devem ocorrer ao final de cada trimestre. As reuniões para organização do trabalho pedagógico ocorrerão no início de cada semestre letivo.

3.3. Turmas e horários

A Escola Municipal Arapongas tem a possibilidade de atender 7 turmas no período da manhã e 7 turmas no período da tarde, sendo no período da manhã: 1 turma de primeiro ano, 1 turma de segundo ano, 1 turma de terceiro ano, 2 turmas de quarto ano e 2 turmas de quinto ano. No período da tarde temos: 1 turma de Educação Infantil, 2 turmas de primeiro ano, 2 turmas de segundo ano e 2 turmas de terceiro ano.

No período da manhã os estudantes entram às 07h30min e saem às 11h30min; o horário de recreio ocorre das 09h30min às 09h50min. No período da tarde os estudantes entram às 13h30min e saem às 17h30min; o horário de recreio ocorre das 15h30min às 15h50min.

Os dias de permanência das professoras são estabelecidos conforme orientação da SME, sendo na 2ª feira para as professoras regentes e corregentes do 1º ano e 2º ano; na 3ª feira para regentes e corregentes do 3º ano; na 4ª feira para as professoras de Arte, Educação Física e Ensino Religioso; na 5ª feira para as professoras regentes e corregentes do 4º ano e Educação Infantil; 6ª feira para as professoras regentes e corregentes do 5º ano.

No dia de permanência das turmas da Educação Infantil, são ofertadas aulas de Arte, Educação Física e Literatura.

No dia de permanência das turmas do Ensino Fundamental, são ofertadas aulas de Arte, Educação Física e Ensino Religioso.



Para cumprir os 33% de hora-atividade dos professores, além da aula de Educação Física que é ministrada no dia da permanência e em mais um horário de 55 minutos na semana, a corregente de cada turma trabalha com o componente curricular Ciências com carga horária semanal de 110 minutos.

Na Educação Infantil, o professor auxiliar trabalha com área de formação humana Relações Naturais, numa carga horária semanal de 110 minutos e o professor de Educação Física completa os 33% da hora atividade com mais uma aula de 50 minutos, além da ofertada no dia da permanência.

4. FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO

4.1. Concepções

4.1.1. Sociedade

A sociedade atual é marcada pelos princípios da globalização: econômica, tecnológica e meios de comunicação, onde o movimento da sociedade é determinado pelo fluxo de informações crescente e rápido, impactando no cotidiano dos indivíduos.

Essa sociedade, marcada pelo ato de consumir, ou seja, o comprar, o ter, ganha importância relevante, deixando-se de observar as questões que humanizam os indivíduos, necessitando assim, buscar propostas de trabalho que estejam voltadas para os direitos humanos, a conservação do meio ambiente, a construção da paz, contribuindo para a construção de valores essenciais para a formação do indivíduo, contribuindo para a superação de atitudes de intolerância, de discriminação do “outro” entendendo o espaço como uma prática de pluralidade cultural.

Neste contexto, ser cidadão é ter direitos e deveres e participar da sociedade democraticamente, exercendo a cidadania fundamentada num conjunto de valores e práticas que constituem a vida cotidiana dos indivíduos.

Cidadania significa, além dos conhecimentos dos deveres e direitos dos cidadãos, o cumprimento dos mesmos por parte da sociedade. Cidadania, não é somente o direito de votar na esfera política, e sim a igualdade de oportunidades de participação social.

A cidadania precisa ser estruturada como condição fundamental para a existência de uma sociedade democrática. A rapidez das transformações



sociais provoca transformações individuais. Isto exige que se volte um novo olhar sobre a educação escolar, repensando, principalmente, os profissionais responsáveis pelo trabalho respeitando os avanços e as transformações tecnológicas do momento.

Com o movimento da sociedade em constante mudança, os ambientes escolares passam a ser considerados espaços intertransculturais, que são fundamentais para que as vivências ganhem maior potencialidade proporcionando uma teia (rede) de discussões relacionadas à raça, etnia e gênero, enfim, todas as modalidades reflexivas e concretas associadas ao conhecimento científico que devem ser socializadas e transformadas no cotidiano das escolas.

4.1.2. Ser Humano

O trabalho pedagógico deve ser pensado no sentido de contribuir para a formação de seres humanos autônomos, reflexivos, criativos e críticos, onde o conhecimento não seja apenas uma reprodução de conhecimentos científicos, mas sim, um ambiente formativo que possibilite o acesso a uma educação de qualidade considerando o contexto histórico, cultural e econômico da comunidade na qual a escola está inserida.

Com o avanço e as transformações da sociedade atual, o papel da escola como espaço de construção do conhecimento, necessita que o profissional responsável pela educação dos estudantes seja competente na organização curricular necessária a cada ano, com clareza política e coerência nas suas atitudes, sendo tolerante, sabendo conviver com a diversidade de ideias e opiniões.

4.1.3. Educação

A prática pedagógica é uma tarefa política por excelência, como uma missão de estratégias para a vida, onde a competência é necessária, mas,



além disso, se requer técnica e arte para ensinar com qualidade. A criança traz marcas do grupo social que pertence, mas estas não são definitivas, pois como a infância é construída, a criança além de ter os seus direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à educação, também são produtoras de marcas, seja do ponto de vista social como do escolar.

A aprendizagem, por estar relacionada ao desenvolvimento humano desde o seu nascimento, é que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento levando o indivíduo a interagir com o seu meio.

É na escola e mais precisamente na sala de aula, que a prática pedagógica se efetiva numa troca consciente de saberes, pois é nela que se estabelece o diálogo sobre o mundo real. A escola é a instituição criada com a finalidade de trabalhar com conhecimentos determinados, formas de ação no mundo, intervindo no processo pelo qual o estudante aprende, pois este indivíduo não possui instrumentos suficientes para percorrer sozinho o caminho pleno de seu desenvolvimento, necessitando de uma educação repleta de significados que vai acompanhá-lo durante a vida. O currículo precisa estar adequado, tendo como premissa o respeito à vida e à cultura do estudante e à produção do conhecimento, deixando de lado a visão de que a escola é “transmissora de conhecimento” (SAVIANI, 1989), trabalhando com o conhecimento formal, mas oportunizando também o desenvolvimento cultural dos estudantes.

O professor exerce o papel primordial neste processo de aprendizagem, incentivando e orientando o estudante como um sujeito ativo, que formula ideias, desenvolve conceitos e resolve problemas da vida prática, através de sua atividade mental, reelaborando o conhecimento, sendo este conhecimento a mediação central do processo educativo, pressupondo intencionalidade, metodologia e planejamento.

A mente humana é delineada pelas condições sociais e históricas em que se vive, envolvendo os conteúdos de determinada época e o desenvolvimento das estruturas psíquicas considerando a pluralidade do



intelecto, que nem todas as pessoas têm as mesmas habilidades e nem aprendem da mesma forma, tornando-se necessário compreender as capacidades e interesses dos estudantes.

As funções psicológicas superiores (abstração, generalização, memória, desenvolvimento da vontade, atenção voluntária, etc.) se desenvolvem na relação da criança com os adultos ou amigos mais experientes, elas existem inicialmente no plano social e depois no psicológico. A internalização dessas funções constitui o psiquismo humano (Vygotsky, 1984).

O conceito de “Zona de Desenvolvimento Proximal” desenvolvido por Vygotsky, que compreende os níveis: real (o que a criança consegue fazer sozinha) e potencial (o que consegue fazer com ajuda de recursos auxiliares oferecidos por outros mais experientes), é o espaço compreendido entre os dois níveis que configura capacidades que emergem e crescem de modo partilhado. As aprendizagens vão gerando as consolidações de funções e abrindo zonas de desenvolvimento.

Confirma-se, então, a importância do professor, como sujeito que detém o conhecimento em sua dimensão teórico-prática, na direção e organização do processo ensino-aprendizagem, agindo como mediador entre a criança e a realidade do seu tempo.

4.2. Princípios e Fins

4.2.1. Da Instituição

A escola tem por finalidade ministrar a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, estando a serviço das necessidades e características do desenvolvimento e da aprendizagem de seus estudantes, independentemente de sexo, raça, cor, situação econômica, credo religioso e político.



A escola oferecerá a seus estudantes, ensino com base nos seguintes princípios fundamentais da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

- Igualdade de condições para o acesso e a permanência do estudante na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Gratuidade do ensino em escola mantida pelo Poder Público Municipal, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza;
- Valorização dos profissionais do ensino, garantida na forma da lei;
- Gestão democrática e colegiada no ensino público municipal, na forma da lei;
- Garantia de padrão de qualidade no ensino;
- Valorização da experiência extraescolar;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

4.2.2. Da Gestão Escolar

Os processos de gestão e inovação educacional exigem que os profissionais que trabalham nas instituições escolares ampliem o conhecimento sobre o universo das práticas pedagógicas coletivas, a partir da reflexão e ação do próprio espaço organizacional da escola, que é essencialmente formador e educativo. A qualidade do trabalho pedagógico e os avanços no interior da



escola são construídos a partir de dinâmica reflexiva e ativa de todos os segmentos da escola.

Desta forma, a gestão escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, promovendo a participação da comunidade escolar, numa ação democrática.

A gestão escolar como decorrência do princípio constitucional da democracia e colegialidade, terá como órgão máximo de direção o Conselho de Escola, que tem o objetivo de promover a participação da comunidade escolar nos processos de administração e gestão da escola, visando assegurar a qualidade do trabalho escolar em termos administrativos, financeiros e pedagógicos.

Com o intuito de fortalecer o trabalho coletivo e a democratização do ensino público, também faz parte da instituição escolar a APPF, que é uma instituição auxiliar da escola, formada por pais, professores e funcionários, que tem por objetivo auxiliar a direção escolar na promoção das atividades administrativas, pedagógicas e sociais da escola, como também arrecadar recursos para complementar os gastos com o ensino.

A gestão escolar está ligada também a outros órgãos que atendem os estudantes e as famílias como a Rede de Proteção e o Conselho Tutelar, que sempre que necessário são acionados pela escola para garantir o bem-estar e os direitos à cidadania dos estudantes e das famílias.

A Rede de Proteção tem por objetivo principal instituir um instrumento facilitador para o cumprimento do preceito legal constante no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 13 e 245, relativos à obrigatoriedade da denúncia de violência contra crianças e adolescentes, por profissionais da saúde e da educação. No caso de constatação ou suspeita de violência contra a criança ou adolescente, a escola faz a notificação obrigatória de suspeita ou violência na infância ou adolescência, que é encaminhada para o Núcleo Regional da Educação a qual pertence.



Cabe à escola informar ao Conselho Tutelar através da Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (FICA), a situação do aluno que não comparece à escola, em caso de cinco faltas consecutivas ou sete faltas alternadas no período de trinta dias.

4.2.3. Órgãos Colegiados (Conselho de Escola)

O Conselho de Escola é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, que tem como principais atribuições estabelecer, acompanhar, avaliar e realimentar a proposta pedagógica.

O Conselho de Escola tem por finalidade promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, a fim de garantir o cumprimento da sua função que é a educação de qualidade.

São objetivos do Conselho de Escola:

- democratizar as relações no âmbito da escola, visando à qualidade de ensino através de uma educação transformadora que prepare o indivíduo para o exercício de plena cidadania;
- estabelecer, para o âmbito da escola, diretrizes e critérios gerais relativos à sua organização, funcionamento e articulação com a comunidade, atendendo a legislação vigente e de forma compatível com as orientações da política educacional da Secretaria Municipal da Educação, participando e responsabilizando-se social e coletivamente, pela implementação de suas deliberações.

4.2.4. Instituição Auxiliar (APPF)

A APPF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação de pais, professores e funcionários da Unidade Escolar, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins econômicos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros.



São objetivos da APPF:

- participar de reuniões com a equipe pedagógico-administrativa, discutindo e sugerindo ações que oportunizem a integração família – escola – comunidade; integrar a comunidade no contexto escolar, visando sempre a sua realidade na discussão da política educacional para a democratização do ensino e a conquista da gestão colegiada;
- representar os reais interesses da comunidade escolar junto à escola, contribuindo dessa forma, para a melhoria do ensino;
- promover o entrosamento entre pais, estudantes, professores, pedagogos e funcionários e os membros da comunidade, através de atividades sócio-educativo, cultural e desportivas;
- gerir e administrar os recursos financeiros próprios da associação e os que lhe forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com a Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e assessoria Técnica, da APPF da escola, com registro em livro ata.

4.3. Objetivos de cada etapa/modalidade ofertada e forma de organização

4.3.1. Educação Infantil

O trabalho pedagógico na Educação Infantil é fundamentado nos seguintes eixos articuladores:

1) Infância: Tempo de Direitos, traz a concepção de infância cidadã e da criança como sujeito de direitos, em destaque as funções de educar e cuidar, no sentido de responder às necessidades fundamentais das crianças em seu processo de desenvolvimento.

2) Espaços e Tempos Articulados, uma reflexão da ação educativa, baseada na concepção da criança cidadã e entendimento sobre os processos



de desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, na perspectiva interacionista, de natureza biológica e cultural.

3) Ação Compartilhada, que vem esclarecer uma diferença qualitativa sobre o papel das famílias na educação infantil, para além do seu direito de participar das tomadas de decisões sob o princípio da Gestão Democrática.

Segundo o Parecer CNE/CEB Nº:20/2009:

“A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura.” (Parecer CNE/CEB Nº: 20/2009)

Compreende-se que, a criança desde o nascimento é capaz de interagir e se comunicar com os pais, irmãos, avós e professores. Pode até haver interação entre crianças pequenas, contrariando a ideia de que elas não podiam interagir. Interagindo com outras crianças, a brincadeira aparece como importante meio de aprendizagem, pois elas aprendem sobre o mundo e suas relações, surpreendem-se consigo mesmas e com os outros, propiciando assim, espaços de construção de conhecimento e de cultura com seus pares.

A criança é competente, capaz, interpreta o mundo e produz cultura.

O professor tem um papel importante nestas interações, pois além de precisar conhecer como a criança aprende e se desenvolve, deverá auxiliá-la no seu processo de amadurecimento ou nos conhecimentos ainda não apropriados por elas. O professor deve possibilitar a participação de diferentes experiências, em espaços e tempos que propiciam o contato, o conhecimento e o uso de linguagens diversas, inserindo-as em temas simbólicos da cultura de que participa. O movimento, a dança, a literatura, as artes, o brincar, a interação com a natureza, o enfrentamento de situações desafiadoras e suas tentativas de resoluções, são de extrema importância na infância, pois vão dar



suporte necessário às crianças para o desenvolvimento da sua identidade em direção à autonomia.

O professor da educação infantil em seu processo de desenvolvimento profissional, reflete, pesquisa, é brincante, autônomo e autor de sua prática e identidade profissional.

Após o professor ter clareza sobre os direitos das crianças e uma concepção de infância na Educação Infantil, dá-se a importância de um planejamento, de um trabalho pedagógico, onde o professor da Educação Infantil deve conhecer o grupo de crianças, seus interesses, seu desenvolvimento, o grau de autonomia que as crianças têm para resolver problemas diversos, características da faixa etária, experiências da sua história fora da instituição. Além dos conhecimentos sobre as crianças, é importante o professor considerar alguns princípios e referências.

As práticas pedagógicas se fundamentam na indissociabilidade do educar e cuidar, na criança como centro da ação educativa, tendo como eixos norteadores as interações e brincadeira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais são um importante guia de reflexão sobre o planejamento, pois segundo as diretrizes, toda proposta pedagógica deve se guiar pelos princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidade e singularidades. (OLIVEIRA et. al.,2012)

- Assegurando às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades; ao participar das práticas educativas; valorizando suas produções, individuais e coletivas;
- Apoiando a conquista pelas crianças de autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários;
- Proporcionar às crianças oportunidades para: ampliar as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprio trazidas por diferentes tradições culturais, construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a

autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas.

- Aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;
- Construir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente.
- Respeitar todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. De forma a: (OLIVEIRA et. al.,2012)

- Promover a formação participativa e crítica das crianças.
- Criar contextos que permitam às crianças à expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade.
- Criar condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.
- Garantir uma experiência bem sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação e lhes proporcionar oportunidades para o alcance de conhecimentos básicos que são considerados aquisições valiosas para elas.

Estético: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas manifestações artísticas e culturais. (OLIVEIRA et. al.,2012)

- Valorizar o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências;
- Organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade;
- Ampliar as possibilidades da criança de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades;
- Possibilitar às crianças apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade.

Esses princípios são traduzidos pelo trabalho pedagógico, que envolve as práticas educativas realizadas na escola.

São planejadas ações cotidianas e práticas que envolvem as linguagens orais, escrita, leitura e artística, as relações sociais e naturais, o conhecimento matemático, a identidade e o movimento.

A criança é o centro do processo pedagógico e é por ela e para ela que toda a prática educativa é pensada. Para que essa seja realizada, leva-se em consideração a fase de desenvolvimento que cada criança apresenta, sua história e seus saberes, suas necessidades e seus desejos. Sem esquecer que a infância é o tempo da ludicidade, da espontaneidade, do reconhecimento de si, do outro e do mundo que a cerca.

A valorização das produções, o conhecimento e o respeito às diversidades culturais, religiosas, raciais, estéticas, etc.) de cada criança e de seus familiares é outra forma de traduzir os princípios que fundamentam a educação infantil.

Educar e cuidar são duas ações indissociáveis no âmbito da educação infantil, uma não existe sem a outra. Educar nos espaço escolar é estar situando a criança em um ambiente que fará parte dos primeiros anos de sua vida, onde aos profissionais cabe ensiná-la a aprender e compreender valores, costumes e atitudes, a partir das diversas linguagens contempladas no dia a



dia da instituição. Todo o conhecimento que a criança traz deve ser respeitado e ampliado de forma que ela experimente, levante hipóteses, compare e avance, integrando-se em seus diferentes grupos sociais, dividindo experiências, cuidando de si e do outro e deixando-se cuidar.

O Cuidar:

É necessário compreender o cuidado como parte da educação e que para cuidar é preciso dispor de conhecimentos e habilidades que vão além do processo pedagógico, ou seja, muitas vezes é necessário o auxílio e a intervenção de especialistas como médicos, psicólogos e psicopedagogos. O cuidado exige valorizar e auxiliar as crianças a desenvolverem a capacidade, a afetividade, o cuidado com o outro, com o corpo e com a saúde. Apesar desses conceitos serem básicos ao ser humano, eles são construídos socialmente.

As necessidades expressas pelas crianças são percebidas de acordo com o tipo de relacionamento que elas têm com os adultos, assim elas precisam ser ouvidas, observadas, respeitadas, criando vínculos de confiança entre quem cuida e quem é educado.

Ainda dentro do aspecto cuidar, o professor na escola pode auxiliar as crianças a perceberem quais são suas necessidades reais e suas prioridades com relação aos cuidados, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento global das crianças.

O Educar:

As instituições de Educação Infantil devem promover propostas pedagógicas que permitam às crianças o acesso aos elementos culturais que contribuirão para seu desenvolvimento pessoal, inserção social e construção de sua identidade e autonomia. Isso permitirá que mais tarde as crianças compreendam o seu papel e a sua importância na sociedade.

O ato de educar deve oferecer às crianças situações de brincadeiras e aprendizagem direcionadas, contribuindo para o desenvolvimento das relações



sociais, interpessoais, afetivas e do conhecimento da realidade social e cultural em que está inserida.

A Brincadeira:

As brincadeiras fazem parte do processo natural da infância e da vida das crianças. Por meio das brincadeiras pode-se criar, contar e recontar fatos do cotidiano e da vida social. Quando brincam, as crianças desenvolvem a imaginação, a criatividade, a capacidade de organizar e elaborar regras de convivência, expressam suas emoções e sentimentos.

O ato de brincar possibilita que a criança estabeleça relações entre o real e o imaginário, permitindo assim, que diferenciem suas ações frente às situações reais que vivem, ou seja, “a brincadeira fornece, pois, ampla estrutura básica para mudanças da necessidade e da consciência, criando um novo tipo de atitude em relação ao real” (VYGOSTKY, 1984).

Na escola, o ato de brincar deve ser direcionado pelo professor, que poderá selecionar objetos, fantasias, brinquedos ou jogos que favoreçam a aprendizagem significativa, pois “a chave para toda a função simbólica da brincadeira infantil é a utilização pela criança de alguns objetos como brinquedos e a possibilidade de executar com eles um gesto representativo” (VYGOSTKY, 1984, pg.122).

Também é importante adequar os espaços de brincadeiras e planejar os objetivos a serem desenvolvidos, pois isto favorecerá o enriquecimento das competências imaginárias, criativas e organizacionais desenvolvidas pela criança.

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental:

A fase de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é muito importante para a criança. É a fase de expectativas, inseguranças e anseios com relação às novas mudanças em sua vida, e por isso, é necessário que a família e a escola compartilhem ações que auxiliem as crianças a superar tais mudanças com resultados satisfatórios.



O papel do professor nesta fase de transição é essencial, pois deverá elaborar atividades e projetos que permitam às crianças o diálogo com professores e crianças de outras turmas para tomarem ciência sobre o ingresso no Ensino Fundamental.

A avaliação na Educação Infantil:

Na Educação Infantil a avaliação da aprendizagem é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca pelo professor de melhores caminhos para criar contextos de aprendizagem, conforme ele pesquisa que elementos podem estar contribuindo, ou dificultando as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento.

As DCNEIs consideram que a avaliação deve ser processual e incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades.

Conhecer as preferências das crianças, a forma delas participarem nas atividades, seus parceiros prediletos para a realização de diferentes tipos de tarefas, suas narrativas, e outros pontos pode ajudar o professor a reorganizar as atividades de modo mais adequado ao alcance dos propósitos infantis e das aprendizagens coletivamente trabalhadas.

A avaliação deve se basear na observação sistemática dos comportamentos de cada criança, das brincadeiras e interações delas no cotidiano, com utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.), feita ao longo do período em muitos e diversificados momentos.

O portfólio, juntamente com as pautas de observação das professoras sobre o desenvolvimento cotidiano, o respeito com as especificidades de cada criança, servirá para o auxílio da construção do parecer descritivo que será entregue aos pais no fim de cada semestre. Lembrando que sempre que se fizer necessário, a família é convidada a comparecer à escola, para troca de



informações sobre a criança, a fim de reunir dados significativos que auxiliem para o seu pleno desenvolvimento, seja no âmbito familiar como na instituição educacional.

O registro da prática é feito diariamente por meio das discussões e reflexões dos registros das pautas de observação, por filmagens e fotos, por registros escritos. Essa prática orienta o planejamento das professoras, para que estabeleçam novos desafios para algumas crianças ou permaneçam por mais um tempo em uma determinada atividade para outras crianças, respeitando o ritmo de cada um. Os registros diários, também subsidiam a escrita dos pareceres semestrais que relatam o desenvolvimento da criança naquele espaço de tempo.

Faz-se necessário escolher formas de acompanhar o desenvolvimento das crianças, levando em consideração ações anteriores para propor novos caminhos, para assumir como estratégia de diálogo a ideia de heterogeneidade de movimento e de imprevisibilidade nas turmas de educação infantil, entendendo as diferenças que se traduzem num espaço plural, que produz novos movimentos.

Vale observar que muito se tem a avançar no quesito avaliação, pois requer uma escuta e um olhar atento e investigativo para cada criança e para o grupo de crianças, em momentos de brincadeiras e interações, suas preferências e forma de agir, pensar e criar, além da clareza dos que se quer atingir, quais percursos se devem trilhar, quais materiais e estratégias devemos utilizar e avaliar em diversificados momentos.

4.3.2. Ensino Fundamental

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9394/96 o Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:



I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino fundamental desta instituição de ensino atende a obrigatoriedade do ensino de nove anos e a idade de ingresso das crianças no 1º ano que deverá ser de 6 anos completos ou a completar até o dia 31 de dezembro do ano corrente, oferecendo os 5 anos das séries iniciais.

Seguindo a determinação da Deliberação nº 03/06 do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná, o ensino fundamental deverá:

I – ser ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem;

II – organizar-se em ciclos, preferencialmente, respeitando-se outras formas de organização estabelecidas no art. 23 da LDB, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar;

III – respeitar as condições socioculturais e educacionais com vista à melhoria da qualidade da formação escolar;

IV – articular-se com o pré-escolar, tendo em vista a continuidade do atendimento da criança, respeitada a especificidade do seu desenvolvimento.



4.3.3. Educação Inclusiva

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os estudantes podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os estudantes e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Assim, é necessário pensar a educação em todos os aspectos e que também atenda a diversidade dos estudantes na escola, tornando-se um espaço aberto para todos os indivíduos que necessitam de inserção social. O atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades se dará nas salas de ensino regular sempre que possível, não deixando, no entanto, os atendimentos terapêuticos específicos ou, em algumas situações, a realização da escolarização em escolas especializadas.

O estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades é responsabilidade de todos os profissionais da escola, e por isso a necessidade de capacitação constante, revisão da prática docente e de valores e convicções.

Os estudantes hospitalizados ou em tratamento de saúde que estejam impedidos temporariamente de frequentar a escola, serão inseridos nos Programas de Escolarização Hospitalar e de Atendimento Pedagógico



Domiciliar oferecidos pelo DIAEE – Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado, de acordo com cada caso.

A aprendizagem escolar na educação inclusiva precisa de flexibilidade em relação ao currículo, que a seleção dos conteúdos contemple as diferenças individuais dos estudantes, observando o desempenho acadêmico, sendo necessário, em algumas situações, a organização de adaptações curriculares.

As adequações curriculares podem ser organizadas de diferentes maneiras, que atendam as necessidades do estudante e precisam ser organizadas pela equipe pedagógica da escola e professores, contando com a participação do Núcleo Regional da Educação, Gerência de Apoio à Inclusão, profissionais do CMAEE, instituições ou escolas de Educação Especial.



5. BASES NORTEADORAS PARA A ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO

5.1. Currículo do Ensino Fundamental

A organização do currículo da escola segue as diretrizes curriculares nacionais e as orientações curriculares para o ensino fundamental do município de Curitiba, organizadas pela Secretaria Municipal da Educação.

O planejamento de ensino deve ser organizado em trimestres, seguindo as orientações da SME, contendo: objetivos, conteúdos, atividades, recursos, espaços e critérios de avaliação. O trabalho pedagógico deve ser organizado de variadas formas, a fim de se atingir os objetivos propostos a cada período letivo, podendo ser: sequências didáticas, atividades sistematizadas, projetos didáticos e atividades permanentes, para o ensino da Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Educação Física e Ensino Religioso, em todos os anos de ensino, valorizando os conhecimentos prévios dos estudantes, problematizando, investigando e sistematizando o conhecimento, numa perspectiva de ação-reflexão-ação.

A escola organiza os professores em trios de regentes, sendo um corregente para duas turmas, atuando em sala de aula numa ação compartilhada com o regente e ministrando as aulas de Ciências nas turmas que atende.

Os professores devem respeitar o tempo de aprendizagem de cada estudante, explorando suas potencialidades, planejando atividades de adequação metodológica para os estudantes que necessitem, buscando a equidade. O professor corregente deve atuar em parceria com o regente realizando apoio pedagógico em sala de aula com atendimento individualizado aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, descrevendo o trabalho efetivado e os avanços obtidos em ficha do PAPI – plano de apoio pedagógico



individual (ficha a ser preenchida pelo regente e corregente). Nos momentos de permanência, o professor corregente deve planejar atividades com foco nos estudantes que necessitam de atendimento individualizado em sala de aula, propondo situações diferenciadas de aprendizagem, para que superem suas dificuldades e atinjam os objetivos propostos.

Os professores dos diversos componentes curriculares devem utilizar jogos pedagógicos, materiais manipulativos, recursos audiovisuais, explorando os diversos espaços escolares e diferentes propostas metodológicas; devem variar a organização da sala de aula, promovendo a interação entre os estudantes e contribuindo para o desenvolvimento da responsabilidade e autonomia, sob a perspectiva da criança como protagonista de sua aprendizagem.

5.2. Currículo da Educação Infantil

Pautada no Parecer do Conselho Nacional de Educação 20/2009, a escola entende que o currículo da educação infantil é o conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico e, portanto, segue as diretrizes curriculares nacionais e as orientações curriculares para a educação infantil do município.

5.3. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena

Entender e respeitar todo ser humano em suas especificidades e diferenças culturais, físicas, étnicas, religiosas e comportamentais, nas sociedades atuais tornou-se imprescindível, tanto por questões éticas pertinentes aos direitos humanos como para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, como para colocar em prática e respeitar as leis vigentes (lei 10.639/3 e lei 11.645/08).



Visto que nossa população é formada por grande miscigenação de povos, etnias e culturas variadas, provenientes de diversos povos, oriundos de várias partes do mundo, não é aceitável a discriminação, o racismo, o preconceito a produção de desigualdade e atos que venham a denegrir ou desvalorizar componentes da formação destes povos e que conseqüentemente formam o nosso povo e nossa cultura.

A partir desta reflexão, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica em conformidade com as leis vigentes que tratam deste assunto, a equipe pedagógica e demais profissionais da Escola Municipal Arapongas – EIEF, tem colocado em seus momentos pedagógicos de estudo, de atividades externas como recreio e aulas de campo e práticas em sala de aula, permeados em todos os componentes curriculares de maneira interdisciplinar, momentos de análise e pensamento crítico, reconhecimento e construção de atitudes que ampliem o foco e possibilitem a efetiva valorização da diversidade histórica, cultural, étnico-racial e social, como atividade constante. Esse trabalho com a diversidade promove o enriquecimento das atividades escolares possibilitando um desenvolvimento de maior qualidade e mais significativo para nossos estudantes.



5.4. Projetos e Programas

Com o objetivo de formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades sociais a escola deve ampliar sua ação pedagógica através de projetos que promovam a reflexão sobre as questões que envolvem a sociedade mais ampla, levando à compreensão do papel de cada um no contexto social e às ações que contribuam para o aprimoramento individual e coletivo. Considerando as necessidades da comunidade escolar, o espaço físico da escola e os aspectos legais, a escola desenvolve os seguintes projetos articulados com a Rede Municipal de Ensino de Curitiba:

- **LER E PENSAR:** é um importante instrumento de incentivo à leitura. O contato com o jornal diariamente oportuniza aos estudantes o acesso à informação dos acontecimentos que mobilizam a sociedade. Os diferentes cadernos do jornal Gazeta do Povo são utilizados como um recurso a mais no planejamento das professoras e no desenvolvimento das atividades pelos estudantes em sala de aula. Este projeto proporciona o aprimoramento da leitura e interpretação dos assuntos tratados de forma crítica e reflexiva, estimula a comunicação e a interação dos estudantes com o mundo, a partir de reflexões sobre as questões sociais do meio em que vivemos.
- **CONHECER PARA PREVENIR:** o projeto se dá através de palestras e treinamentos com os estudantes para que fiquem aptos a saírem do ambiente escolar em situação de risco (incêndio, assalto). Tem o objetivo de informar a comunidade escolar sobre procedimentos de segurança e prevenção em caso de incêndio e assalto, promover simulações de evacuação do ambiente escolar de forma organizada e formar cidadãos conscientes e capazes de resolver situações de risco na vida cotidiano.

- **BULLYING NÃO É BRINCADEIRA:** o projeto foi elaborado para garantir o respeito no ambiente escolar a partir da sensibilização dos estudantes sobre as diferenças individuais, da promoção da cultura de respeito às singularidades e diversidades, às deficiências e às necessidades especiais específicas. O projeto é apresentado a partir de cinco personagens – Nina, Lilo, Max, Teco e Lisa – que ajudam os professores a desenvolverem estratégias para sensibilizarem os estudantes e suas famílias sobre as diferenças individuais encontradas nos espaços educacionais. Com este projeto, a escola desenvolve práticas eficazes de combate ao bullying com trabalho integrado do tema às atividades desenvolvidas em todos os componentes curriculares de ensino.
- **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE:** este programa foi instituído pelo decreto presidencial nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, como proposição de uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do Ensino Básico Público (educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional e tecnológica e na educação de jovens e adultos – EJA), no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Na escola Arapongas, o PSE foi instituído em 2013. Desde então, são desenvolvidas as seguintes ações: alimentação saudável, autoimagem e medicação Albendazol, horta escolar, separação de lixo, reciclagem, cárie zero, bullying.

5.5. Avaliação da aprendizagem

5.5.1. Concepção de avaliação

A educação escolar é um direito social concedido a todos, sendo um dever do estado sua disponibilização e materialização no que diz respeito ao acesso, permanência e qualidade. Desta forma, não cabe à escola avaliar para classificar, excluir ou sentenciar. Avaliar apenas para classificar o estudante



não garante a democratização do ensino. É imprescindível que a avaliação seja orientada pela lógica dos processos de formação, devendo ser concebida como um processo contínuo, sistemático, participativo, com função diagnóstica, prognóstica, investigativa e formativa, cujas informações ali expressas, propiciem o redirecionamento da ação pedagógica e educativa.

A avaliação como parte integrante do trabalho educativo, subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos estudantes, da prática docente e do funcionamento da escola como um todo, apontando a necessidade de se prever ações específicas para continuidade do processo. Nesta perspectiva, a avaliação da aprendizagem deve ser encarada como um ato dinâmico que qualifica e dá condições de reencaminhar a ação, tendo como objetivo, além de diagnosticar, poder intervir no processo a fim de organizar e conduzir as práticas diferenciadas que promovam as aprendizagens pretendidas. Além disso, dá ao professor, informações sobre o desenvolvimento de seu próprio trabalho, podendo assim, rever sua prática, superando dificuldades, buscando novos caminhos que oportunizem aos estudantes o desejo de aprender e estudar, elaborando novos conhecimentos (saber sistematizado).

É o professor que vai nortear o processo educativo tendo como base a qualidade do trabalho, definindo os conteúdos a partir das diretrizes municipais da educação, essenciais para a formação do educando e que a avaliação do aproveitamento escolar será praticada como uma atribuição qualitativa dos resultados e com o objetivo de uma tomada de decisão que direcione-redirecione o aprendizado, no sentido de se ensinar até que os estudantes aprendam efetivamente. Sendo assim, o processo avaliativo se dará de formas diferenciadas, buscando atender aos estudantes em suas diferentes formas de desenvolvimento e potencialidades, valorizando sobre tudo, os registros onde seja contínuo e evidente o processo de desenvolvimento do estudante, adequando a metodologia sempre que necessário para oportunizar um bom domínio dos conteúdos trabalhados diminuindo o distanciamento apresentado no início do trabalho, entre os estudantes de cada nível de ensino, com vistas à equidade, um dos princípios da boa escola: acreditar no potencial dos



estudantes, pois com estímulo, adequado, um trabalho diferenciado e diversificado em sala de aula, todos podem aprender e atingir os objetivos para cada ano de ensino.

Nessa perspectiva, a avaliação realizada nesta instituição de ensino, apresenta um caráter diagnóstico, contínuo e formativo, utilizando atividades específicas que farão parte do portfólio (registro das atividades dos estudantes) como instrumento para reconhecer as habilidades e competências desenvolvidas em cada período.

Por ser a avaliação de caráter diagnóstico, permanente e cumulativo, o professor no contexto do seu dia a dia utiliza diversos instrumentos para poder emitir pareceres referentes à aprendizagem, precisando compreender que ela se configura em dois momentos distintos: aquilo que o estudante consegue fazer sozinho e o trabalho que realiza em conjunto com os outros elementos do grupo, privilegiando sempre a construção do conhecimento.

A avaliação na escola atenderá a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, nos componentes curriculares do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte, Ensino Religioso e deve ser realizada através de instrumentos e técnicas diversas, observando que os procedimentos são diferentes nas diversas etapas do processo, adequando-se a cada uma delas: sondagem, desenvolvimento e análise do aproveitamento, informando aos estudantes o objetivo do trabalho e da avaliação.

Na avaliação do rendimento escolar, deve-se levar em conta os critérios de avaliação contidos no Currículo do Ensino Fundamental, em cada componente curricular, a qualidade da aprendizagem das crianças, utilizando instrumentos significativos que privilegiem a iniciativa, o interesse, a responsabilidade nos trabalhos em equipe, nas realizações de provas, a pontualidade na entrega das tarefas e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do estudante na sua totalidade.



No desenvolvimento das atividades previstas no planejamento, a regente e a corregente devem desenvolver um trabalho conjunto, com planejamento articulado atendendo as crianças com necessidade de intervenção precisa, adequando a metodologia com o objetivo de sanar as dúvidas que ainda persistem buscando a equidade – diminuição da distância entre os estudantes na aquisição do conhecimento sistematizado.

5.5.2. Avaliação em rede

Visando à melhoria da qualidade da educação, a avaliação em rede busca avaliar o desempenho dos estudantes em determinados momentos da escolarização, por meio de fatores associados, testes de proficiência, questionários contextuais, diagnóstico do sistema de ensino. É um instrumento significativo que oferece subsídios para a formulação, a reformulação e o monitoramento de políticas públicas, e também para a gestão da educação em cada unidade de ensino. Esse tipo de avaliação é importante, pois recolhe indicadores comparativos de desempenho que servem de base para tomadas de decisões no âmbito escolar e nas diferentes esferas do sistema educacional.

Atualmente, nossos estudantes passam pelas seguintes avaliações de rede: Provinha Brasil – 2º ano, ANA – 3º ano, SIMARE – 4º ano, Prova Brasil – 5º ano. Com os dados obtidos a partir destas avaliações, faz-se uma reflexão coletiva buscando-se a compreensão de nossa realidade, identificando dificuldades e potencialidades, indicando como cada um pode contribuir para que os avanços sejam percebidos de forma concreta no espaço escolar. A partir das informações obtidas através destas avaliações, é possível repensar e ressignificar as práticas pedagógicas aliadas ao planejamento e ao currículo. Assim, cada professor elabora seu planejamento pedagógico para que a avaliação da sala de aula esteja adequada aos propósitos construídos coletivamente, condizente com um planejamento que aponte propostas pedagógicas pautadas no princípio da equidade, objetivando a diminuição das



diferenças nos processos de escolarização oriundas de pontos de partida diferentes.

5.5.3. Processos de Regularização da Vida Escolar

Para a regularização da vida escolar, segue-se a Instrução Normativa nº 06/2016, como descrito a seguir:

CLASSIFICAÇÃO

Classificação é o procedimento pelo qual a escola posiciona o estudante em série compatível com a idade, experiência e desempenho adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação do/a estudante em qualquer ano do ensino fundamental, exceto o 1ª ano escolar, independente de escolaridade anterior, dar-se-á de acordo com o disposto na LDBEN nº 9.394/96 Art.24, Inciso II, alíneas a, b, c, na Del. Nº 09/01 – CEE/PR Arts. 21, 22, 23 e 27, na Del. Nº 05/2010 – CEE/PR Art. 11.

A classificação pode ser realizada:

- Por promoção, para estudantes que cursaram com aproveitamento ao ano anterior na própria escola;
- Por transferência, para estudantes procedentes de outras escolas do país ou do exterior, considerando a classificação na escola de origem;
- Independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do estudante e permita sua inscrição na série adequada, com idade cronológica compatível.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem e exige as seguintes medidas administrativas para resguardar os direitos do estudante, da escola e dos profissionais:



- Proceder à avaliação diagnóstica documentada pelo professor ou equipe pedagógico-administrativa;
- Comunicar ao estudante ou responsável o processo a ser iniciado para obter deste o respectivo consentimento;
- Organizar comissão formada por docentes e equipe pedagógico-administrativa para efetivar o processo;
- Arquivar atas, trabalhos ou outros instrumentos de avaliação utilizados, na pasta individual do estudante;
- Registrar os resultados no histórico escolar do estudante.

A escola dará ciência ao Núcleo Regional da Educação pertinente e este à Secretaria Municipal da Educação, do processo de classificação efetivado, encaminhando ofício e fotocópia da ata do estudante classificado.

RECLASSIFICAÇÃO

A reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de desenvolvimento e experiência do estudante matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo ao período de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

A reclassificação do/a estudante dar-se-á de acordo com o disposto na LDBEN nº 9.394/96, Art. 23, parágrafo 1º e Art. 24, Inciso V, alínea c e Del. Nº 09/01 – CEE/PR – Art. 24 e 27 e Parecer nº 721/07 – CEE/PR, sendo vedada a reclassificação para a etapa inferior à anteriormente cursada.

A reclassificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem e exige medidas administrativas para resguardar os direitos dos estudantes, da escola e dos profissionais, sendo estas as mesmas elencadas para o processo de classificação.



A escola dará ciência ao Núcleo Regional de Educação pertinente e este à Secretaria Municipal da Educação, do processo de reclassificação efetivado, encaminhando ofício e ata do estudante reclassificado.

5.5.4. Organização e registro da avaliação

O processo avaliativo da Escola Municipal Arapongas – EIEF, por ser de caráter formativo, diagnóstico e processual, será efetivado através de instrumentos diversificados ao longo de cada período avaliativo, sendo definidos por cada professor responsável pela turma e por cada componente curricular, podendo ser: participação oral em sala de aula, registros das atividades cotidianas, realização das tarefas de casa, trabalhos de pesquisa, confecção de cartazes e demais atividades através das quais o professor possa observar a apropriação do conhecimento sistematizado dos estudantes.

Além disso, como instrumento de avaliação, serão utilizadas provas de realização individual a cada trimestre, para os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Estas avaliações devem ser elaboradas coletivamente entre os professores de cada ano escolar, observando-se as especificidades de cada turma, com a orientação e supervisão do pedagogo, tendo por base o planejamento de ensino e os critérios de avaliação definidos para cada trimestre.

A recuperação para os estudantes que apresentarem dificuldades na aprendizagem ocorrerá no decorrer do ano letivo, num trabalho compartilhado entre a professora regente e a corregente, sendo de responsabilidade de ambas o planejamento e efetivação de estratégias diversificadas para as crianças que necessitem de atendimento individualizado em sala de aula e adequação metodológica para a superação de suas dificuldades.

O registro da avaliação do rendimento escolar se dará da seguinte forma:



- Educação Infantil: registro avaliativo semestral através de parecer descritivo de apropriação do conhecimento, ao final do 1º semestre e ao final do 2º semestre.
- 1º ano do Ensino Fundamental: registro avaliativo trimestral através de parecer descritivo de apropriação do conhecimento, ao final do 1º, do 2º e do 3º trimestre. A aprovação dos estudantes se dará em reunião de Conselho de Classe, tendo por base os pareceres descritivos dos três trimestres.
- 2º ano do Ensino Fundamental: registro avaliativo trimestral sendo o 1º trimestre através de parecer descritivo de apropriação do conhecimento; 2º trimestre e 3º trimestre, com registro de notas na forma de boletim, devendo obter 120 pontos para a aprovação (soma das médias do 2º e 3º trimestre).
- 3º ano, 4º ano, 5º ano do Ensino Fundamental: registro avaliativo trimestral em forma de boletim com registro de notas para o 1º, 2º e 3º trimestres, devendo obter 180 pontos para a aprovação (soma das médias do 1º, 2º e 3º trimestre).
- Arte e Educação Física: o registro de avaliação destes componentes curriculares se dará em forma de parecer descritivo de apropriação do conhecimento, em período trimestral, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e em período semestral na Educação Infantil.
- O Ensino Religioso, de oferta obrigatória para a escola e optativa para o estudante, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, terá o registro de avaliação na forma de parecer descritivo de apropriação do conhecimento, em período trimestral.

5.5.5. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma instância de participação democrática para discussão e análise sobre o processo de ensino-aprendizagem. É um momento de reflexão coletiva sobre a prática pedagógica para apontar



caminhos que venham fortalecer o trabalho pedagógico da escola, propiciando também uma auto avaliação do professor e da equipe pedagógica.

Para cumprir seu papel, o Conselho de Classe exige que os professores tenham bem definidos os objetivos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos estudantes, pautando-se nos critérios de avaliação para cada componente curricular referente ao período escolar a ser observado, bem como estabeleçam princípios para a formação do caráter e da cidadania. Portanto, sua finalidade dentro da escola é, de fato, compartilhar as dificuldades e os sucessos vividos, de modo que sejam feitas as intervenções necessárias para garantir a fluidez do ensino-aprendizagem e a qualidade educacional.

As reuniões de Conselho de Classe são parte integrante do processo de avaliação, sendo um momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os estudantes a aprendizagem. Assim, os participantes podem desconstruir e reconstruir sua prática face aos objetivos e critérios estabelecidos, permitindo viabilizar uma avaliação mais eficaz, melhorando a compreensão dos fatos decorrente da exposição de diversos pontos de vista, analisando o currículo, avaliando os resultados dos métodos utilizados, visando à melhoria do ensino-aprendizagem. Portanto, devem fazer parte das reuniões de Conselho de Classe todos os professores envolvidos com cada turma de estudantes a ser analisada, bem como a equipe diretiva da escola: diretor, vice-diretor, pedagogos.

O Conselho de Classe deve ter reuniões específicas para discussões e estabelecimento de ações para o redimensionamento da prática educativa na escola, sendo definidas em cronograma próprio a cada ano letivo, ao final de cada trimestre, prevendo três momentos: o pré-conselho, o conselho de classe e o pós-conselho.



O pré-conselho é um processo contínuo de acompanhamento do trabalho pedagógico, que se dá ao longo de cada trimestre. Consiste em levantar dados sobre a aprendizagem dos estudantes, analisando o desempenho escolar, seus avanços e dificuldades, a fim de adequar o planejamento de aula, os procedimentos metodológicos e fazer a retomada e o redirecionamento do processo de ensino para que os objetivos de aprendizagem propostos no trimestre sejam atingidos por todos os estudantes.

O Conselho de Classe ocorre ao final de cada trimestre, em reuniões que envolvem a equipe gestora e os professores de cada turma, realizando-se uma análise dos resultados do trabalho pedagógico efetivado até o momento a partir dos dados levantados no pré-conselho e tomada de decisão a respeito das mudanças que deverão ocorrer na continuidade do processo de ensino. A partir desta análise, discutem-se as adequações metodológicas que se efetivarão para que as dificuldades encontradas sejam superadas, considerando-se as necessidades individuais de aprendizagem dos estudantes, bem como demais ações coletivas que se fizerem necessárias.

O pós-conselho ocorre no decorrer do processo educativo, realizando-se a continuidade do acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e a implementação dos encaminhamentos propostos no Conselho de Classe, o que pode envolver a retomada do planejamento de ensino, adequações metodológicas e práticas avaliativas, encaminhamentos clínicos e terapêuticos, Ficha de Comunicação de Aluno Ausente (FICA), Notificação Obrigatória (NO) quando necessário e reuniões de pais ou responsáveis sobre o aproveitamento escolar dos estudantes.

5.6. Avaliação Institucional

A avaliação da instituição escolar, como um todo, considerando todos os segmentos que dela fazem parte, é um referencial para a organização do



trabalho pedagógico, buscando sempre a melhoria da qualidade deste trabalho, objetivando o sucesso do estudante.

Todos os segmentos da comunidade escolar devem ser envolvidos no processo de avaliação institucional, devendo, para tanto, haver momentos específicos e instrumentos próprios para se analisar e refletir sobre todos os aspectos do trabalho desenvolvido pela escola, buscando a melhoria da qualidade do ensino. Os pais e/ou responsáveis, devem participar deste momento avaliativo, em conjunto com professores, funcionários e equipe diretiva, apontando aspectos a serem melhorados tendo-se por base os indicadores dos parâmetros de qualidade da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Este momento será definido a cada ano letivo em calendário escolar, em reunião própria para este fim.

As reuniões pedagógicas também definidas em calendário escolar e os momentos de hora-atividade dos professores, devem oportunizar a observação, discussão e registro dos aspectos que necessitam ser reorganizados, com o objetivo da melhoria do trabalho pedagógico.

No decorrer do processo educativo, em reuniões de Conselho de Classe e através de instrumentos próprios, com critérios estabelecidos, avalia-se pontualmente o nível de aprendizagem dos estudantes, os avanços obtidos e as ações que devem ser efetivadas para que as dificuldades específicas de cada criança sejam superadas, buscando a melhor apropriação do conhecimento sistematizado a todos os estudantes, sob uma ótica diferenciada àqueles que necessitam de um acompanhamento pedagógico específico.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BRASIL, **Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, janeiro de 2003**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Outubro 2005.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: 1998.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília: SEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE-CP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Africanidades Brasil**. SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: Orientações pedagógicas para crianças de seis anos de idade**. Brasília: MEC / SEB, 2007.

COSTA, M.V.C. (org) **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares: Para a educação municipal de Curitiba**. 2012. Educação Infantil

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba** – 2006.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Ensino Fundamental: Currículo em ação e o direito à aprendizagem**. Caderno SEP, 2015.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Ensino Fundamental: O profissional da educação e sua relação com o trabalho na escola pública**. Caderno SEP, 2014.



CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Instrução Normativa nº 5:** Procedimentos para o acompanhamento da avaliação da aprendizagem escolar e a organização e realização dos Conselhos de Classe Trimestrais realizados nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Olhares e Interfaces:** Reflexões Críticas Sobre a Avaliação. Brasil: Cortez, 2011.

KRAMER, Sônia. **Propostas pedagógicas ou curriculares:** subsídios para uma leitura crítica. Campinas: MrCornacchia Livraria e Editora Ltda, 1997.

LEMLE, M. **Guia teórico do Alfabetizador.** São Paulo: Ática, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA:** Teoria e Prática. 6. ed. Brasil: Heccus Editora, 2013.

MORAES, M.C. **Pensamento Eco Sistêmico:** Educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. RJ: Vozes, 2004.

MORETTO, V.P. **Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas.** RJ: DP&A, 2002.

MORIN, E. **A inteligência da complexidade.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

MORIN, E. **Educar na era Planetária.** São Paulo: Cortes, 2003.

PADILHA, P.R. **Currículo Inter transcultural:** Novos itinerários para a educação. São Paulo: Cortes, 2004.

PARANÁ. **Deliberação 007/99** – CEE – Normas gerais para avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos do sistema estadual de ensino.

PARANÁ. **Deliberação 02/05** – CEE – Educação Infantil no sistema de ensino do Paraná.

PARANÁ. **Deliberação 09/01** – CEE – Regularização da vida escolar.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** Saberes e práticas. SEED, 2012.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada:** das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RIBEIRO, V.M. (org). **Letramento no Brasil:** reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a natureza e especificidade da educação.** Brasília: Autores Associados, 1984.



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Escola Municipal Araçongas-EIEF
Rua José Casemiro Stenzowski, 111-Novo Mundo
81010-370- Curitiba - PR
Tel: (41) 3246-8541
e-mail: emaraçongas@sme.curitiba.pr.gov.br

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/ autores associados, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.